



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 347/2013
(Autoria do Deputado Ney Leprevost)

Instituição do Dia da Conscientização
do Mutismo Seletivo.

Art. 1º Institui a data de 31 de outubro como o
Dia da Conscientização do Mutismo Seletivo.

Parágrafo único. A data instituída no art. 1º
desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de
Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator

Robson


Jonas Cavalcanti



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 804/2013 (Autoria do Deputado Professor Lemos)

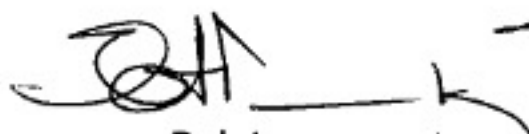
Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Projeto Vozes do Coração, livro de poesias compostas por alunos, professores, funcionários e comunidade escolar, evento realizado anualmente no mês de dezembro, coordenado pelo Colégio Estadual Chateaubriand do Município de Assis Chateaubriand.

Art. 1º Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Projeto Vozes do Coração, livro de poesias compostas por alunos, professores, funcionários e comunidade escolar, evento realizado anualmente no mês de dezembro, coordenado pelo Colégio Estadual Chateaubriand do Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator
ASTORZ


Prof. Lemos


J. Guiana



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI N. 235/14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 27 MAIO 2014
[Assinatura]
1º Secretário

SÚMULA: Denomina um dos viadutos da Região de Londrina/Pr de ALENCAR TUCUNDUVA DE CAMPOS.

A Assembléia Legislativa do Paraná decreta:

Artigo 1º - Fica denominado de **ALENCAR TUCUNDUVA DE CAMPOS**, o viaduto localizado na PR-445, acesso ao Jd. Jamile Dequech e União da Vitória.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões em 26 de maio de 2014.

[Assinatura]
Reinhold Stephanes Junior
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Alencar Tucunduva de Campos, nasceu em Londrina, filho de pioneiros, casado, pai de duas filhas, foi agropecuarista na região até a data de seu falecimento em 15/06/1996.

Alencar Tucunduva de Campos foi um dos fundadores da Cooperativa Agroindustrial de Londrina – CATIVA.

Fundada em 1964 por um grupo de produtores de leite, nasceu a Cooperativa Cativa, que conta com 15 lojas agropecuárias em todo o Paraná.

Informações:

- 1- Indicação Legislativa sob nº 1170/2013 aprovada
- 2- Informação do Departamento de Estradas de Rodagem sob nº 973/2013-DG/Processo 11.967.101-9



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 235/2014

Projeto de Lei nº 235/2014

Autores: Deputado Stephanes Junior.

Súmula: Denomina um dos viadutos da Região de Londrina/PR de Alencar Tucunduva de Campos.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DE VIADUTO.
NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA
EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE. PARECER DO DER
INFORMANDO QUE O VIADUTO NÃO
POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE. LEI MUNICIPAL Nº
11.827/2013 DENOMINOU VIADUTO.
CONSTITUCIONALIDADE.
APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL
NA FORMA DA EMENDA
SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Junior, tem por objetivo denominar de Viaduto Alencar Tucunduva de Campos, o viaduto localizado na PR-445, acesso ao Jd. Jamile Dequech e bairro União da Vitória, localizados no Município de Londrina.



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da Constituição do Estado determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor Projeto de Lei Ordinária e Complementar, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do Projeto ora em análise, estabelece o artigo 238 da Constituição Estadual que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nossos)

Além disso, a Lei Estadual nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Contudo, embora Informação do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, afirmando que até a data de 11 de junho de 2014 não existia denominação ao referido viaduto, a Lei Municipal nº 11.827, de 12 de abril de 2013, de autoria dos Vereadores Péricles José de Menezes Deliberador e Roberto Yoshimitsu Kanashiro, já havia o denominado, conforme vejamos em seu artigo 1º:

Art. 1º Fica denominado Viaduto Edison Siena o próprio público para esse fim localizado na Rodovia Celso Garcia Cid (PR-445), interligando o Jardim União da Vitória e o Conjunto Habitacional Jamile Dequech, da sede do Município.

Desta forma, sugere-se emenda substitutiva geral, para, além de suprir algumas informações faltantes no artigo 1º do referido Projeto, modificar o seu objetivo, denominando não o viaduto, mas Trincheira da região que ainda não possui denominação. Para tanto, cita-se o artigo 137, § 2º:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

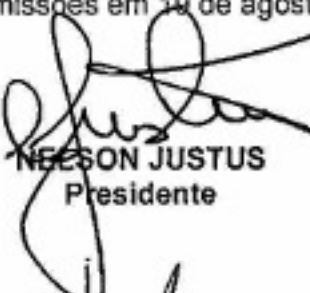
Desta forma, como o Viaduto objetivado pelo referido Projeto de Lei já possui denominação, propõe-se Substitutivo Geral em anexo, denominando de Alencar Tucunduva de Campos, a Trincheira localizada na PR-445, no acesso com a Avenida Guilherme de Almeida, que dá acesso ao Distrito da Maravilha, no Município de Londrina. Desta forma, a homenagem ao Senhor Alencar Tucunduva será mantida.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.


CONCLUSÃO


Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto na forma da Emenda Substitutiva Geral em anexo.


Sala das Comissões em 10 de agosto de 2014.



NELSON JUSTUS
Presidente



TERCÍLIO TURINI
Relator


Sadai Benini


Romário


Scamarcio


Pastor Edison


Dedo Lupiani



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 235/2014


De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 235/2014, passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Denomina de Alencar Tucunduva de Campos, a Trincheira localizada na PR 445, no acesso com a Avenida Guilherme de Campos, no Município de Londrina.

Art. 1º - Fica denominada de Alencar Tucunduva de Campos, a Trincheira localizada na PR-445, no acesso com a Avenida Guilherme de Almeida, no caminho para o Distrito da Maravilha, no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em 19 de agosto de 2014.


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator


Aprovado

19/08/14


Pastor Edson


Tadeu Venerei


Romarinho


Paulo Lupion



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 354/14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 AGO. 2014

Pravato

1º Secretário

SÚMULA: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia dos Protetores(as) de Animais, a ser comemorado, anualmente, no dia 04 de outubro.

Art. 1º - Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o "Dia dos Protetores(as) de Animais", a ser comemorado, anualmente, no dia 04 de Outubro.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de agosto de 2014.


RASCA RODRIGUES
Deputado Estadual - PV



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



JUSTIFICATIVA

A cada dia cresce a necessidade de conscientizar a sociedade a respeito de nosso meio ambiente e de todos os elementos que o compõem, em especial os animais que, por sua vez, possuem sentimentos, tais como alegria, saudade, dor, medo e tristeza.

Recentes pesquisas comprovam que a crueldade cometida contra um animal está diretamente ligada a personalidades perigosas para toda a sociedade. Psicólogos, Sociólogos e Criminologistas constataram que a maior parte dos atos de crueldade cometidos intencionalmente contra os animais, precedem os atos de crueldade contra humanos.

Em 1983, um estudo do FBI indicou que em 88% das famílias com relatos de abuso sexual infantil, pelo menos uma pessoa tinha abusado de animais. O *New Jersey Estudo* também constatou que, em 2/3 destes casos, o pai abusivo tinha ferido ou matado um animal de estimação e, em 1/3 dos casos, as crianças também eram agressoras de animais. Esses exemplos ilustram conexão entre a crueldade oferecida aos animais e a violência contra as pessoas, e autorizam especialistas, a afirmarem que maltratar um animal nunca é apenas um fato lamentável, mas sim um sério alerta de perigo.

Com empenho e sacrifícios ilimitados, os Protetores(as) de Animais são verdadeiros representantes de vários segmentos da sociedade com a missão de ensinar a população a respeitar outras formas de vidas, conscientizando-a de que existem Leis que consideram crime os atos de crueldade e maus-tratos cometidos contra animais domésticos, domesticados ou não, contribuindo, significativamente, para a formação de uma população mais atuante, consciente de seu papel como agente de proteção, responsável e solidária.

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Por todas as razões acima expostas, contamos com a colaboração dos Nobres Pares com assento nesta Casa, na apreciação e aprovação da propositura em tela.

R



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercllio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 351/2014

Projeto de Lei nº: 351/2014

Autor: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, o Dia dos Protetores (as) de Animais, a ser comemorado, anualmente, no dia 04 de outubro.

EMENTA: INSTITUI O DIA DOS PROTETORES (AS) DE ANIMAIS. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o Dia dos Protetores (as) de Animais, a ser comemorado, anualmente, no dia 04 de outubro.



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis, dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição Federal dispõe, em seu artigo 215, caput, que incumbe ao Estado garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal que prevê:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

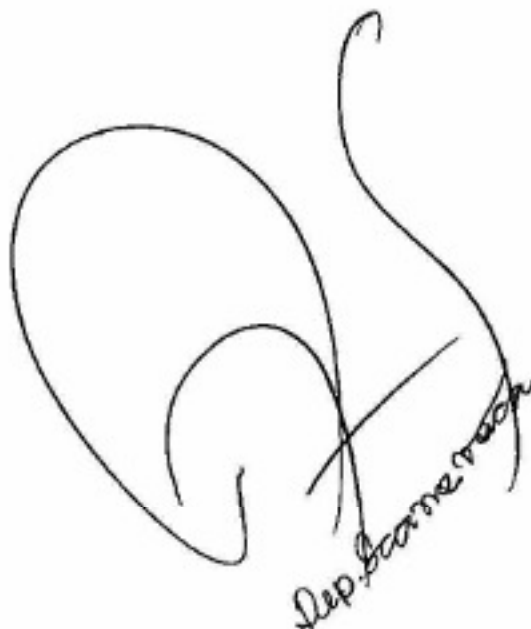


CONCLUSÃO

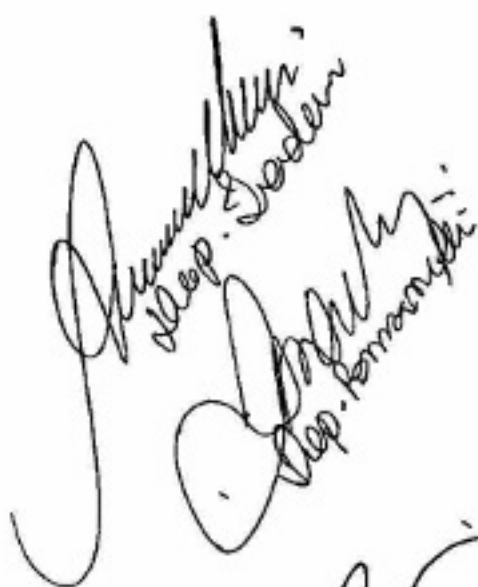
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões em 19 de agosto de 2014.


NELSON JUSTUS
Presidente

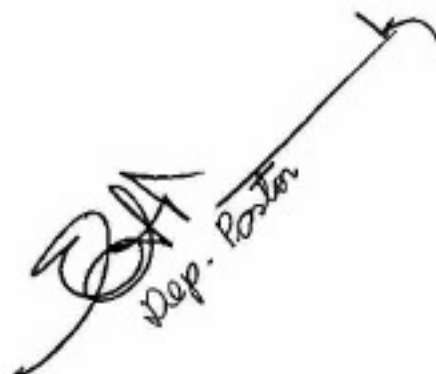

Dep. Gerson Vech


TERCÍLIO TURINI
Relator


Dep. Soder


Dep. Romanelli


Dep. Burion


Dep. Pastor

APROVADO

19/08/14